

cópia);
17. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
18. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
19. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994;
20. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
21. Declaração de bens ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
22. Declaração de parentesco;
23. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso.

AVISO Nº. 013/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final divulgado no Edital nº 19/2013-MP/PA, de 8/7/2013, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 9/7/2013 e o Edital nº 18/2013-MP/PA, de 20/6/2013, publicado no DOE de 21/6/2013, que tornou público o resultado final do concurso, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso de Ingresso para Cargos Efetivos de Nível Superior do Ministério Público do Estado do Pará, relacionados no anexo I deste Aviso, para apresentarem obrigatoriamente a documentação constante do Anexo II deste aviso, no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, na Rua João Diogo, nº 100 (em frente à Praça Felipe Patroni), no horário de 14h às 17h, sob pena de ser considerado desistente, conforme o disposto no item 15.5 do Edital nº 001/2012-MP/PA, de 21/7/2012.

Belém, 12 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

ANEXO I

CARGO: ANALISTA JURÍDICO - REGIÃO ADM. BELÉM I
013204, LILA MELLO E SILVA GUIMARAES, 73.75, 182 / 053905, THASSIA CAROLINA DOS SANTOS SERRA, 73.75, 183

ANEXO II

Apenas os candidatos classificados e aprovados, relacionados no Anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100- Cidade Velha -Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex. Caso a forma de envio seja por meio dos Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados.

Documentos obrigatórios exigidos no item 15.6 do Edital nº 001/2012-MP:

- 24. Folhas corridas da justiça comum (federal e estadual) e da justiça militar (federal e estadual), expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local (ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos. As certidões (originais) deverão abranger ações penais;
- 25. Atestados (originais) de antecedentes das polícias federal e estadual;
- 26. Título de eleitor e do comprovante de votação no último pleito eleitoral, nos dois turnos, se for o caso (original e cópia);
- 27. CPF (original e cópia)
- 28. Prova de quitação com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (original e cópia);
- 29. Instrumento de mandado, contendo poderes e finalidades específicos, para apresentar a documentação exigida, se for o caso;
- 30. Certidão de comprovação de servidor público, se for o caso;
- 31. Atestado de saúde física e mental, onde conste que o (a) candidato (a) está apto ao exercício do cargo público a que concorre (originais);
- 32. Curriculum Vitae, conforme modelo do anexo V, do Edital Nº 001/2012-MP, com as devidas comprovações (original e cópia), com a inclusão de e-mail para contato;
- 33. Declaração sob as penas da lei que não responde a processo administrativo disciplinar ou nem tenha sido condenado com a pena de demissão simples ou a bem do serviço público, destituição de cargo ou função comissionada e rescisão de contrato temporário por falta funcional grave prevista nos regimes jurídicos de servidores públicos (modelo do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);

ANEXO II

Documentos para apresentar até o dia da posse:

- 34. RG (original e cópia);
- 35. Cadastro PIS/PASEP;
- 36. Certificado de escolaridade (original e cópia) exigida para o cargo;

- 37. 3 (três) fotos 3x4;
- 38. Comprovante do tipo sanguíneo e fator RH (original);
- 39. Comprovante de residência (original e cópia);
- 40. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
- 41. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
- 42. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994 (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
- 43. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
- 44. Declaração de bens (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II) ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
- 45. Declaração de parentesco (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
- 46. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II).

ANEXO II

Apenas os candidatos aprovados, relacionados no anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100- Cidade Velha -Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados.

Documentos obrigatórios exigidos no item 15.6 do Edital nº 001/2012-MP:

- 47. Folhas corridas da justiça comum (federal e estadual) e da justiça militar (federal e estadual), expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local (ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos. As certidões (originais) deverão abranger ações penais;
- 48. Atestados (originais) de antecedentes das polícias federal e estadual;
- 49. Título de eleitor e do comprovante de votação no último pleito eleitoral, nos dois turnos, se for o caso (original e cópia);
- 50. CPF (original e cópia)
- 51. Prova de quitação com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (original e cópia);
- 52. Instrumento de mandado, contendo poderes e finalidades específicos, para apresentar a documentação exigida, se for o caso;
- 53. Certidão de comprovação de servidor público, se for o caso;
- 54. Atestado de saúde física e mental, onde conste que o (a) candidato (a) está apto ao exercício do cargo público a que concorre (originais);
- 55. Curriculum Vitae, conforme modelo do anexo V, do Edital Nº 001/2012-MP, com as devidas comprovações (original e cópia), com a inclusão de e-mail para contato;
- 56. Declaração sob as penas da lei que não responde a processo administrativo disciplinar ou nem tenha sido condenado com a pena de demissão simples ou a bem do serviço público, destituição de cargo ou função comissionada e rescisão de contrato temporário por falta funcional grave prevista nos regimes jurídicos de servidores públicos;

ANEXO II

Documentos para apresentar até o dia da posse:

- 57. RG (original e cópia);
- 58. Cadastro PIS/PASEP;
- 59. Certificado de escolaridade (original e cópia) exigida para o cargo;
- 60. 3 (três) fotos 3x4;
- 61. Comprovante do tipo sanguíneo e fator RH (original);
- 62. Comprovante de residência (original e cópia);
- 63. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
- 64. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
- 65. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade

civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994;
66. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
67. Declaração de bens ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
68. Declaração de parentesco;
69. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso.

Protocolo 963926

ERRATA EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Errata de Publicação : nº 936012 de 08 de Março de 2016.
Numero da Ata de Registro de Preços: 019/2016-MP/PA
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n.º 003/2016-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa **NEW SOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME** (CNPJ/MF sob nº 01.832.691/0001-52)
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de bens permanentes e consumo (sonorização)
ONDE SE LÊ:
Vigência: 08/03/2016 a 07/03/2016
LEIA-SE:
Vigência: 08/03/2016 a 07/03/2017
Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antonio Ferreira das Neves

Protocolo 964133

PORTARIA N.º 2434/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do projeto Audiência de Custódia;
R E S O L V E:
DESIGNAR os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo das respectivas atribuições, oficiarem nas audiências relativas ao projeto Audiência de Custódia, perante as seguintes Varas do Juizado Especial Criminal de Ananindeua, a partir de 2/5/2016:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	VARAS CRIMINAIS
EDIVAR CAVALCANTE LIMA JUNIOR	1ª
PATRÍCIA DE FÁTIMA DE CARVALHO ARAÚJO	2ª
QUINTINO FARIAS DA COSTA JUNIOR	3ª
SANDRO RAMOS CHERMONT	4ª
RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA	5ª

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 28 de abril de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 02.05.2016.

PORTARIA N.º 2489/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a remoção da Promotora de Justiça Marcela Christine Ferreira de Melo Castelo Branco para o 2º cargo das Promotorias de Justiça de Bragança;
CONSIDERANDO a vacância do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Paragominas;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Paragominas;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO para exercer nas Promotorias de Justiça de Paragominas, as atribuições do 2º cargo, no período de 28/4 a 11/5/2016, sem prejuízo das demais atribuições.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de maio de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 12.05.2016.



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP. A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br
Data: Sexta-feira, 20 de Maio de 2016 às 0:00:00